

sabe se está sendo obedecido

o aconselha a usar caneta contra quem não cumpre ordem

Sarney nem sempre

Marchezan ouve queixa do Presidente e

GILBERTO ALVES

JOÃO EMILIO FALCAO
Da Editoria de Política

“Presidente, o senhor tem a caneta. A caneta é que o senhor deve usar”. Este foi o conselho dado pelo deputado Nelson Marchezan (RS), líder do Governo Figueiredo, ao presidente José Sarney que, em almoço no Jaburu, se queixou de que, às vezes, lhe restava apenas o telefone para saber sobre a execução de suas ordens, mas não podia estar se repetindo. Se usasse a caneta, como sugeriu Marchezan, seria para demitir os auxiliares que hesitassem em cumprir suas ordens.

No encontro, Sarney voltou a defender a necessidade de estabelecer um pacto social, com o apoio de todas as correntes, para poder governar e enfrentar a crise nacional que considerou muito grave. Ele não definiu o pacto, mas incluiu entre os assuntos que devem ser abordados — “precisamos nos sentar para discutir” — a reforma agrária, a reforma tributária, a dívida externa e interna e a questão social.

Os seis deputados gaúchos do PDS que compareceram ao almoço fizeram, à tarde, comentários esparsos com líderes pedessistas. A impressão predominante foi de que o presidente José Sarney é um homem angustiado e muito preocupado, mas disposto a enfrentar as dificuldades. O comentário que fez mais sucesso foi atribuído ao deputado Oly Fachin (RS): “Cheguei a pensar que era o Jânio Quadros falando das forças ocultas”.

SIGILO

Os deputados gaúchos — Augusto Trein, Balthazar do Bem e Canto, Guido Moesch, Nelson Marchezan, Oly Fachin e Victor Faccioni — compareceram ao Jaburu convidados pelo presidente da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen (SC). O encontro era para ser mantido em absoluto sigilo, mas acabou sendo revelado. Os deputados garantem que não partilham a revelação.

O senador Bornhausen definiu a reunião, à tarde, como uma busca de posições comuns, havendo um consenso neste sentido. Es-

ta informação, dada no Palácio do Planalto, não é rigorosamente a dos deputados. Estes acentuam que deixaram claro a disposição de apoiar o Presidente sempre que for do interesse nacional, podendo, naturalmente, terem posições comuns.

Houve, porém, o esclarecimento geral de que todos se consideram muito bem no PDS, sendo ressaltada a importância da convenção de domingo último, classificada como a melhor do partido. Ficou claro, ainda que não tenha havido sondagem direta, que não pretendem sair do PDS.

GREVES

O presidente José Sarney, conforme alguns relatos, mostrou-se preocupado com as consequências dos movimentos reivindicatórios e das greves que estão ocorrendo no País. Ao ser informado de que alguns líderes bancários estavam defendendo o reajuste trimestral, o Presidente disse que não poderia fazer esta concessão porque teria de atender a todas as outras categorias.

Marchezan fez para Sarney uma exposição sobre os perigos da radicalização na Constituinte e o risco de haver muita divisão, acirrando os ânimos existentes. O Presidente retrucou que a intenção não era esta e sim de encontrar uma formulação jurídica capaz de promover as mudanças necessárias.

O deputado Balthazar do Bem e Canto entregou ao Presidente da República documento dos produtores gaúchos sobre a reforma agrária, que o Governo irá analisar. Reconheceu o Presidente da República que o lançamento da reforma agrária não foi bem feito, contribuindo para o clima de apreensão existente no País e atemorizar os produtores.

O objetivo ao lançar o projeto, sobre o qual deveria haver amplo debate, era o de se antecipar a movimentos de agitação no campo, evitando que a bandeira fosse erguida por outros setores. A expressão conflito não se refere, em nenhuma hipótese, à existência de confronto, por invasão de terra, mas as áreas em que houver dúvida sobre a documentação

de posse. Na análise sobre a atuação do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, o Presidente destacou suas vinculações com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

PACTO

Com insistência, o Presidente da República se referiu à necessidade de um pacto nacional, a união de todos para enfrentar a crise existente, que considerou muito grave em termos econômicos e financeiros. O deputado Nelson Marchezan, que sentou ao seu lado, frisou que era preciso saber, antes de tudo, quais os princípios e objetivos do pacto, que tinham de ser definidos logo.

O deputado Augusto Trein observou-lhe que o pacto deve começar por assunto mais definido, sugerindo que se desse atenção especial aos problemas externos. O Presidente retrucou que “estava tudo bem, era isto mesmo”. Trein confessou a pedessistas não saber se o Presidente compreendera “externos” no sentido de exterior ou adequara a expressão aos comentários de que, antes de articular o pacto com outras forças políticas, necessita fazer com que seu Governo se entenda.

Ficou, entre os deputados, a nítida impressão de que o Presidente da República considera o pacto essencial para que possa governar.

POLICIA

A situação financeira, a dívida externa e o déficit público de Cr\$ 105 trilhões (“tudo isto?”, perguntou-lhe Marchezan) é uma constante nos comentários do presidente Sarney. Como prova do que pode acontecer com uma simples irresponsabilidade administrativa, Sarney citou decreto assinado pelo presidente Figueiredo, às vésperas de deixar o poder, elevando os salários dos delegados de Brasília para Cr\$ 14 milhões. Com suas repercussões na escala hierárquica, o Governo está gastando Cr\$ 7 trilhões só com a polícia de Brasília. A tarde, no plenário da Câmara, um dos seis deputados observou: “Fiquei pensando nos marajás das Assembléias que ganham muito mais”.